

# Um traço, muitos riscos<sup>1</sup>

Lúcia Leitão – UFPE

## RESUMO

Para muitos arquitetos é cara a idéia de que a arquitetura emerge do seu traço como se a arte de edificar fosse obra de arquitetos, apenas. Encantados com o brilho da própria disciplina, os arquitetos freqüentemente se esquecem dos limites próprios do seu campo disciplinar. Aturdidos com a beleza da forma, verdadeiramente deslumbrante sempre que um arquiteto se faz poeta, esquecem que “o social precede a forma”. Este texto tem como objetivo chamar a atenção para o equívoco de idéias que dão excessiva importância à materialidade do ambiente construído, especialmente na prática da arquitetura. À luz do conceito freudiano de “identificação” assim como da sociologia gilberteana, trabalho com a idéia de que, de fato, a arquitetura é derivativa sempre e necessariamente dos fatos sociais que a fazem surgir.

Palavras-chave: Arquitetura. Espaço. Sociedade. Psicanálise. Subjetividade.

## RÉSUMÉ

Pour plusieurs architectes, c'est très chère l'idée que l'architecture émerge de ses crayons, comme si l'art de bâtir c'était seulement, le travail de l'architect. Enchanté par l'éclatement de sa propre discipline, ils ne se souviennent pas des limitations normales de son camp disciplinaire. Étourdis par la beauté de la forme, vraiment épatante chaque fois que un architecte se fait poète, ils oublient que 'le social précède la forme'. Ce texte a comme objectif d'attirer l'attention par l'équivoque des idées qui

donnent très grande importance à la matérialité de l'aménagement bâti, spécialement dans la pratique de l'architecture. Chez Freud et son concept d'identification aussi que la sociologie chez Freyre, je développe l'argument que l'architecture est toujours le résultat des faits sociaux d'où elle surgit.

Mots-clés: Architecture. Espace. Société. Psychanalyse. Subjectivité.

A muitos arquitetos parece cara a idéia de que a arquitetura emerge do seu traço, da sua capacidade de riscar e de propor elementos espaciais, como se a arte de edificar o ambiente que acolhe o humano fosse obra de arquitetos, apenas. Nessa empreitada, desde sempre, muitos se sentiram onipotentes. É o caso, por exemplo, dos idealizadores de Babel. Afinal, com a pretensa construção da torre que os levaria aos céus, romperiam nada menos do que os limites do humano. Uma utopia freqüente na história da arquitetura.

Mais perto de nós, cronologicamente, essa pretensa onipotência alimentada por muitos desenhadores do espaço, como diriam os portugueses, assumiu ares ideológicos com a idéia de determinismo. Acalentada pelos mais genuínos representantes da arquitetura moderna, imaginou-se, e para tanto se trabalhou duro, que se mudaria a sociedade pela arquitetura.

Assentado nessa idéia, Gropius (*apud* LOUREIRO, 1999, p. 48), por exemplo, não se constranheu em afirmar que “edificar significa conformar os processos de vida”. Seguindo à risca premissas como essa, os construtores de Brasília, tanto políticos quanto urbanistas, não se cansaram de divulgar que

1 Este texto foi produzido a partir da minha fala no II Colóquio Internacional de Ciências Sociais realizado pela UFRN em novembro de 2006. Como falei sem um texto produzido *a priori*, o texto ora apresentado reproduz as principais idéias apresentadas, mas não a íntegra da conferência. Parte dessas idéias, integrante de projetos de pesquisas apoiados pelo CNPq, foi apresentada no 52º Congresso Internacional de Americanistas realizado em Sevilha, em julho de 2006.

a concepção urbanística da cidade transformaria a sociedade brasileira. Assim, de uma prática socialmente patriarcal, politicamente conservadora e patrimonialista ao extremo, ter-se-ia, no Brasil, a partir do novo espaço edificado, uma sociedade justa, socialista, onde os espaços da cidade seriam igualmente compartilhados pelo conjunto da população.

Excessivamente encantados com o brilho da própria disciplina, os arquitetos freqüentemente se esquecem dos limites próprios do seu campo disciplinar. Aturdidos com a beleza da forma, verdadeiramente deslumbrante sempre que um arquiteto se faz poeta, esquecem que “o social precede a forma”, como bem registrou Tricart (1920-2003 *apud* ROSSI, 1995). Não surpreende que assim seja. Afinal, para muitos arquitetos é cara a idéia de que a forma urbana é autônoma em si mesma. Para esses, “o objetivo central é a forma física e espacial da cidade e não o processo socioeconômico que permitiu sua produção”, como bem assinalam Merlin e Choay (2000, p. 378). É sobre esse ponto que me debruço neste texto.

Convencida de que a relação espaço-sociedade ainda não havia sido suficientemente compreendida pelos que fazem a arquitetura, tratei de investigar em meus trabalhos de pós-graduação a dimensão não-material dessa relação. Este texto tem, pois, como objetivo chamar a atenção para o equívoco de idéias que dão excessiva importância à materialidade do ambiente construído, notadamente na prática da arquitetura. À luz do conceito freudiano de *identificação* assim como da sociologia gilberteana, trabalho com a idéia de que, de fato, a arquitetura é derivativa sempre e necessariamente dos fatos sociais que a fazem surgir.

Nesse sentido, a forma que materializa o espaço da arquitetura, seja no edifício, seja em sua expressão urbanística, tão cara aos arquitetos no desempenho da sua prática cotidiana, é menos manifestação de decisões projetuais personalizadas do que expressão dos valores mais caros de uma sociedade, transmitidos inconscientemente de geração a geração.

## O SOCIAL DEFINE A FORMA

A negligência dos desenhadores do espaço frente aos processos sociais não é fruto do acaso. Muito ao contrário, deriva, a meu ver, de um lado, do excessivo encantamento dos arquitetos com o seu próprio campo disciplinar, mencionado anteriormente, e, de outro, da insuficiência do repertório teórico da arquitetura para o entendimento do que extrapola a produção material do ambiente construído. Norberg-Schulz (2001, p.15) apontou para essa direção ao afirmar que, “à medida que os problemas transcendem as questões puramente físicas, os arquitetos se sentem perdidos”.

Com este texto pretendo, pois, oferecer uma contribuição, ainda que modesta, à construção de algum sentido de direção – considerando-se a referência anterior a Norberg-Schulz – para que se compreenda um pouco mais sobre o modo como se dá a relação espaço-sociedade, um tema que excede, certamente, e em muito, as questões puramente físicas, inerentes à arte de edificar.

Não se desconhece aqui, naturalmente, o fato de que essa relação não é de modo algum uma questão nova para a arquitetura, inclusive em sua formulação teórica. Arquitetos respeitados internacionalmente já se ocuparam desse assunto. É o caso, dentre outros, Rossi (1966) e sua teoria sobre os “fatos urbanos”. Para Rossi, como se sabe, os “elementos primários” – aquelas edificações que configuram a cidade, vista e tida como uma arquitetura,<sup>2</sup> ainda na obra mencionada – derivam dos “fatos urbanos” que os faz surgir, tendo, portanto, como origem, os processos sociohistóricos dos quais esses fatos emergem.

A contribuição mencionada antes se refere à proposição de um outro olhar, ainda que apenas esboçado neste texto, sobre como se dá a relação espaço-sociedade. Um olhar cujo foco está posto, menos na forma concreta do espaço edificado, do que nas

2 Na teoria da arquitetura, diversos autores consideram a cidade em sua materialidade – tudo que é edificado – como sendo uma arquitetura. Para esses autores, a cidade é vista e analisada, em seu conjunto, como uma só arquitetura.

motivações psíquicas das quais, também, o espaço emerge. Assim sendo, à luz da sociologia gilberteana, notadamente os textos de 1933 e 1936, assim como da teoria psicanalítica, exercita-se ao longo destas notas um outro modo de ver a configuração urbanística da metrópole brasileira contemporânea, para além das razões materiais presentes na forma que essa metrópole apresenta.

Para tanto, busca-se mostrar que a forma que uma cidade – qualquer cidade – materializa não é autônoma, como quiseram fazer ver os artífices da arquitetura moderna, nem tampouco provém apenas das decisões racionais dos atores que atuam na sua produção, quer sejam políticos, quer sejam empreendedores econômicos, mas antes, decorre, também, de processos inconscientes até há pouco nem mesmo suspeitados pelos que se dedicam ao fazer próprio da arquitetura em seu “mais amplo desenvolvimento que é o urbanismo”, como queria Argan (1966, p.13).

Desse modo, com o apoio das referências teóricas indicadas, trabalho com a hipótese de que as transformações atuais do espaço urbano, no Brasil, derivam menos das mudanças em curso no mundo globalizado do que das *marcas identitárias* que definem a sociedade brasileira, da colônia aos nossos dias. O ponto de partida para a investigação da hipótese formulada é a *casa-grande*, o espaço símbolo do Brasil patriarcal, expressão edificada de um modo próprio de organização da sociedade brasileira de então. Com isso, espera-se mostrar como, e em que medida, marcas identitárias, inconscientes por definição, se reproduzem no espaço que a arquitetura da cidade materializa dia após dia. Tanto e em tal medida que definem a configuração da cidade brasileira contemporânea.

A partir daquela casa, e do ambiente construído que dela emerge, desenvolve-se a idéia de que a sociedade brasileira<sup>3</sup> disse não à rua, o espaço pú-

blico por excelência, conforme assinalam Merlin e Choay (2000). Como consequência, ratifica, na produção do espaço atual, valores da sociedade que o faz surgir, dificultando a produção de um espaço verdadeiramente público na cidade brasileira.

É esse o ponto-chave – considerando-se o argumento central deste texto – para se compreender por que a produção imobiliária formal brasileira insiste em produzir espaços segregados e segregadores como poucos. Edificações contemporâneas, como os condomínios habitacionais verticais ou horizontais, destinadas à população de mais alto poder aquisitivo, bem como os *shopping centers* nacionais, ambos ambientes “fechados contra a rua” – a expressão é de Freyre (1990) referindo-se, precisamente, ao modo de edificar do Brasil oitocentista – são exemplos claros da segregação espacial referida e da consequente não valoração do espaço público na cidade brasileira.

## DO ENGENHO AO URBANO

Muito se tem escrito sobre a casa-grande como símbolo do sistema patriarcal sob o qual se organizou a paisagem social do Brasil, da colônia aos nossos dias. Menos comum, no entanto, é vê-la como unidade socioespacial basilar no urbanismo brasileiro, isto é, como elemento gerador do ambiente construído que caracterizaria as cidades no Brasil, conforme se propõe aqui.

Assim sendo, na formulação destas notas trabalho com a idéia de que a forma espacial que a edificação apresenta decorre menos do *traço* próprio da arquitetura do que dos muitos *riscos* definidos pelos valores sociais que essa edificação manifesta. É esse o sentido da assertiva que intitula este texto. O argumento é que, em decorrência do mecanismo psíquico de identificação, inconsciente por definição, conforme se indicará ainda neste texto, essa casa, “criava nos homens (sic) costumes, métodos de trabalho e

3 A generalização que aqui se faz das cidades brasileiras exige cuidados, naturalmente, considerando-se a dimensão do país e as especificidades regionais. A generalização deriva, pois, da que fez Freyre em relação à casa-grande, ou seja, um mesmo

modo de habitar, tanto social quanto arquitetonicamente falando, disseminado no território nacional a ponto de gerar o testemunho de Vauthier, segundo o qual “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas” (FREYRE, 1960, p. 819).

hábitos de conforto muito peculiares” (SCHMOLLER *apud* FREYRE, 1990, p. XLVI). Tanto e em tal medida que deles ainda não se pôde livrar a cidade do Brasil contemporâneo.

Mas quais eram esses costumes, métodos e hábitos tão profundamente arraigados na sociedade brasileira?

Dois desses “costumes”, apontados exaustivamente por Freyre (1933, 1936, 1960, 1971, etc.) como atributos da casa patriarcal brasileira, são especialmente relevantes frente aos objetivos e à hipótese básica deste texto: “a domesticidade” e o “privativismo”, marcas identitárias da casa que se fez brasileira, como se quer fazer ver com estas notas.

Da “domesticidade”, característica marcante da casa patriarcal brasileira, a sociedade do Brasil contemporâneo guardou o *apreço pelos iguais* e, conseqüentemente, a aversão pelo que é diferente, especialmente no que se refere ao convívio com parcelas menos favorecidas da sociedade. Espacialmente, a obsessão nacional por ambientes *VIPs*, por espaços *privés, personalizados*, expressa bem a força da domesticidade como marca identitária da sociedade brasileira. Do “privativismo”, herdou o gosto pelo que é privado, particular. Do ponto de vista do espaço edificado, esse privatismo se manifesta na predileção pela vida entre quatro paredes, no conforto do que é doméstico, privado e reservado.

Coerentemente com essas marcas de brasilidade, ainda seguindo Freyre, a casa-grande brasileira se constitui em torno de si mesma, não apenas no desenho que a planta baixa explicita – voltada para dentro –, mas também nas funções que desempenha na sociedade de então – Freyre (1936) se refere à casa-grande como um bloco, abrigando, numa única edificação, as mais diversas funções sociais: hospital, igreja, botica, escola, etc.

Se as circunstâncias físicas e sociais oferecem uma explicação racional para o modo como se organizou o espaço edificado no Brasil colônia, é o gosto pela domesticidade e pelo privatismo, expressão de brasilidade, reafirme-se, o elemento gerador da

forma que o ambiente construído assume na vida nacional, da colônia aos nossos dias.

Na configuração espacial da cidade, essas marcas se expressam numa profunda negação da rua na vida social brasileira. Desse modo, o espaço público que a cidade faz surgir em decorrência do desenvolvimento da vida urbana no país, a partir da segunda metade do século dezenove, expressa toda a rejeição que a sociedade brasileira manifesta, desde então, ainda que por vezes inconscientemente, pelo que é público, coletivo.

Do ponto de vista urbanístico, o desprestígio da rua brasileira em seu nascedouro – e ainda em nossos dias – isto é, o seu não-reconhecimento como espaço fundamental da cidade, pode ser apreendido a partir de três pontos principais. O primeiro deles vem à tona quando se observa o *uso plebeu* que lhe foi dado. O segundo se evidencia na *função de circulação* que marcou o seu surgimento e, finalmente, o derradeiro dos pontos acima indicados pode ser percebido pela *forma residual*, quase ao acaso, sugerida em muitos arranjos espaciais que as cidades brasileiras manifestam.

O *uso plebeu* consolida-se na recusa demonstrada pela “elite” brasileira em freqüentar, e desse modo usufruir, o espaço público em sua plenitude, em dele fazer algo importante da vida social. Assim, “o *lugar do menino* brincar era o sítio, ou o quintal; a rua, do moleque. O *lugar de iaiá*, a camarinha; quando muito, a janela” (FREYRE, 1990, p. 152, grifo do autor). É interessante observar a distinção clara, precisa, entre o espaço físico do “nobre” e o do “plebeu”, que essa citação expressa, e como esse espaço se confunde com o lugar social de cada um.

Quando a atração pela rua se tornava irresistível para essa “elite”, a exemplo do que ocorria em dias de festas e procissões religiosas, os “assobradados”, isto é, os moradores dos sobrados, a forma urbana que a casa-grande assumiu, permitiam-se apenas ver a rua das “varandas e sacadas” dos sobrados, mas a aversão ao espaço público, manifesta na recusa em freqüentá-lo, mantinha-se intocável.

Desprezada, portanto, como espaço privilegiado do convívio social, função mais nobre do espaço público em qualquer cidade e em qualquer tempo, a rua brasileira nasce feia, suja, escura, desprezível, destinada ao escravo num primeiro momento – e ao escravo menos prestigiado, convém ressaltar, uma vez que, como registra Freyre em diversos momentos da sua escrita, os que freqüentavam a rua exerciam funções ainda menores do que o escravo que permanecia no interior do sobrado.

No momento seguinte, quando a figura do escravo começa a escassear e mesmo a desaparecer, felizmente, a rua torna-se o espaço do mascate. O espaço público brasileiro começa então a acolher diversos tipos de trabalhadores de rua, inclusive o escravo livre, que passa a viver do comércio ambulante. Litografias produzidas na época mostram, claramente, o uso do espaço público como lugar de troca e venda, de mercado, ratificando desse modo a destinação menor que lhe era atribuída.

Eis aqui uma outra marca brasileira na produção do espaço público, e da sua negação, na cidade brasileira. Em outras formas de organização social, a praça, ou o espaço público que acolhia o mercado, transformava-se também num espaço para a discussão de idéias, num palco para o exercício da cidadania. No Brasil, como parte importante da sociedade se recusava a freqüentá-la, a rua não podia desempenhar esse papel.

Nessas circunstâncias, o espaço público, então embrionário, era o espaço do negro, fato que lhe conferia inferioridade e evidente desprestígio, devido ao preconceito racial herdado da escravidão, do qual não se livrou ainda, desgraçadamente, a sociedade brasileira.

Não surpreende, portanto, que com esse uso desvalorizado e essa destinação plebéia, a rua brasileira tenha surgido pouco iluminada, imunda, desprezível, em tudo o oposto da casa, o espaço nobre por excelência. Assim, se não se devem minimizar as limitações técnicas da época para a implantação de uma infra-estrutura urbana adequada, não se pode também perder de vista que a rua materializava

em sua pobreza, feiúra e sujeira as funções pouco nobres a que estava socialmente destinada<sup>4</sup>. Nesse contexto, a rua brasileira surge como mero *espaço de circulação*, função que, no século XX, o movimento moderno em sua expressão urbanística viria ratificar, infelizmente, transformando a rua em espaço de circulação de veículos.

O segundo ponto a destacar em relação ao desprestígio do espaço público na configuração urbanística da cidade brasileira é a *função menor* que lhe tem sido atribuída. Conceber o espaço urbano como mero espaço de circulação, é lhe dar um papel secundário na configuração urbanística de uma cidade. Afinal, *circular é muito diferente de estar*, essa, sim, a função nobilíssima de um espaço que se faz público. É o estar no ambiente público, que possibilita o encontro com o outro, o reconhecimento e o respeito às suas diferenças, a discussão das idéias no sentido que os gregos deram a isso. É o estar ainda, que permite a realização da festa, a alegria do namoro, a celebração coletiva da vida humana em sua plenitude.

Quem circula está apenas de passagem, tem como destino um outro lugar, não constrói nenhum vínculo maior com o espaço pelo qual se move. Quem vivencia o estar se compromete com o lugar, dialoga com o vizinho, se identifica com a paisagem que o envolve, tornando-a parte de si mesmo. É quando a arquitetura se faz sujeito – no sentido que Freyre (1971) dá ao termo, isto é, se faz capaz de produzir ação, de gerar comportamentos, de motivar o fluxo incontrolável da emoção.

4 Problemas sanitários e de higiene, com importante repercussão na saúde pública, não são por si mesmos uma particularidade brasileira, como atestam diversos autores que se debruçaram sobre essa questão, notadamente quando esse problema se tornou gritante durante o processo de transformação econômica conhecido como revolução industrial. No entanto, na Europa, onde essas questões foram mais bem tratadas e documentadas, a razão desses problemas era o aumento desordenado e veloz da população urbana – atraída precisamente pela indústria nascente – em ambientes que não haviam sido preparados para abrigá-las, e não pelo desprestígio da rua frente à primazia da casa como se deu no caso brasileiro. Ver, a propósito, Benévolo (1987).

O estar propicia a construção do “espaço do afeto” (LEITÃO, 2002), que marca o humano em sua relação com espaço habitado. É desse afeto que falamos, desde sempre, tanto quem se faz poeta quanto aqueles que, mesmo sem o brilho que caracteriza o poe­tar, rendem cotidianamente um tributo silencioso à sua casa, à sua cidade, ao espaço que lhes permite experienciar a vida, a exemplo do poeta Rilke em *Les cahiers de malte* (apud BACHELARD, 1978, p. 234, grifo meu).

Não tornei mais a ver no decorrer do tempo essa estranha morada. [...] ela não é uma construção: *está fundida e repartida em mim* aqui um cômodo, acolá outro cômodo e um fundo de corredor que não liga mais esses dois cômodos, mas está conservado em mim como fragmento [...]: tudo se espalhou em mim, os quartos, as escadas que desciam com lentidão cerimoniosa, [...] como o sangue nas veias.

Ou, como canta Bandeira (1982, p. 271), poeta maior na poesia brasileira: “[...] não houve dia em que te não sentisse dentro de mim [...] Recife”.

O conceito de espaço público é ainda um conceito em elaboração no urbanismo, embora sua prática, construção e uso tenham origens remotas na história da cidade. Mas, apesar das possíveis divergências teóricas entre autores diversos, a idéia comum é que o espaço público é o espaço do encontro com o outro, sendo esse outro compreendido como o diferente de si, conforme o vêem a sociologia, a filosofia ou a psicanálise, apesar das distinções epistemológicas que as tornam singulares na produção do conhecimento.

Essa idéia de que há um outro, um diferente de si, a ser reconhecido, quer no universo social, quer no psiquismo individual, sem o qual não há vida humana em sua manifestação plena, oferece uma razão plausível para que se compreenda melhor a repercussão do desprestígio do espaço público na vida urbana brasileira contemporânea.

A opção pelo carro, por exemplo, pelo transporte individual, portanto, como solução para a locomoção em massa de pessoas, não deve ser creditada apenas às limitações de ordem econômica ou tecno-

lógica – a implantação de um sistema de transporte público eficiente custa caro, como se sabe – ainda que elas existam. Muito ao contrário, essa escolha reafirma o “privativismo” característico da sociedade brasileira, anotado por Freyre, agora manifesto urbanisticamente – o desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil, especialmente a partir dos chamados anos JK, mostrou-se perfeitamente adequada a esse “privativismo” de que se fala aqui, agora em sua expressão motorizada – tem dificultado, ou mesmo impedido, a realização de investimentos importantes num transporte público de qualidade destinado a todos, capaz de atrair, inclusive, o usuário do carro particular, a exemplo do que ocorre em muitos outros contextos sociais.

De igual modo, a eleição do modelo urbanístico implantado no Brasil com a construção de Brasília – uma cidade onde, literalmente, o país decretou “a morte da rua” (HOLSTON, 1993) ou a sua negação de forma mais radical e absoluta do que em qualquer outra cidade brasileira – sugere a dificuldade da sociedade em produzir um espaço público. Afinal, como uma sociedade que se constituiu de portas adentro, sob o manto da domesticidade, poderia construir espaços de uso e função públicos? Por que razão ou com que interesse essa sociedade patrocinaria o espaço do encontro com um outro que sempre lhe pareceu ameaçador?

É nessas circunstâncias muito peculiares que o espaço público no Brasil se consolida não como espaço do encontro, da convivência social, como lugar privilegiado para o exercício da cidadania, mas, sim, como espaço secundário, desprestigiado, mero elemento de acesso ao ambiente privado.

Conceber o espaço público como simples espaço de passagem, de circulação, traz implícita e, provavelmente, de modo inconsciente, a idéia de que o espaço buscado está sempre num outro lugar, alhures, mas não no espaço público por onde se passa, apressadamente, em busca de um outro espaço. Em busca, precisamente, do espaço doméstico, do ambiente privado, particular.

Em sua versão atual, esse espaço privado supervalorizado aparece, por exemplo, nos condomínios habitacionais de classe média já mencionados, nos *shopping center* e mesmo na habitação popular, *espaços que se fecham contra a rua*, na mesma medida, com a mesma função social e com o mesmo papel simbólico que caracterizou o sobrado urbano brasileiro durante os séculos XVIII e XIX.

Do ponto de vista da configuração urbanística que a cidade apresenta, a principal consequência da função pouco nobre que marcou o nascedouro do espaço público no Brasil como mero espaço de circulação – “por muito tempo [...] as ruas eram simples caminhos a serviço das casas poderosas”, anotou Freyre (1990, p. XLIV) – aparece na *forma residual*, o derradeiro ponto indicado anteriormente, que lhe tem sido dada, isto é, *um espaço que sobra* entre as edificações erguidas à sua volta.

Assim, coerentemente com o fato de que a vida social brasileira se organizou ao redor da casa, a configuração urbanística que a cidade apresenta tem na edificação individualizada no lote – e não na concepção do espaço coletivo – o elemento gerador da forma que o espaço urbanístico vai expressar.

Reis Filho (2004, p. 28) ratifica essa idéia ao mostrar como “as ruas brasileiras foram definidas pelas casas”. Tanto e em tal medida que o espaço público surge a reboque, como mero acessório na composição da paisagem edificada, testemunhando claramente a visão limitada de cidade que se tinha então.

Desse modo, o espaço público se mostra residual, secundário, produzido quase ao acaso, assinalando, como em outros exemplos já mencionados neste texto, a marca brasileira na concepção e na produção desse espaço.

Com uma destinação servil, uma função menor e um desenho residual, a paisagem edificada a partir de um tempo em que o poder esteve nas mãos dos patriarcas gerou um ambiente em que virou as costas à rua, ao espaço público por excelência.

## CIDADE, ESPAÇO E SUBJETIVIDADE

“A maneira como damos forma ao nosso ambiente é a expressão do que somos internamente”<sup>5</sup>. Com essas palavras, surpreendentes para a arquitetura, certamente, escritas e divulgadas sob a forma de um manifesto especialmente dirigido a urbanistas, Mitscherlich (1970, p. 62) chama a atenção para a dimensão subjetiva do espaço edificado.

Com apoio na escrita freudiana, Mitscherlich lança mão do conceito de *identificação* – conceito básico na psicanálise, do qual se ocupou Freud em sua vasta obra, notadamente em *Psicologia de las masas y analisis del yo* (1920-21, 1973) – para o desenvolvimento da idéia central do seu texto, segundo a qual espaço e sociedade se constituem mutuamente. Não se trata, portanto, de uma relação qualquer, mas, sim, de uma relação em que um define o outro.

Na teoria freudiana, a identificação define o processo inconsciente por meio do qual o sujeito – qualquer sujeito – assimila e incorpora traços característicos de um outro sujeito tornando-os seus. A identificação se define, pois, como “um processo de transformação psíquica efetuado no seio do aparelho psíquico, fora do nosso espaço habitual e imperceptível pelos nossos sentidos” (NASIO, 1991, p. 100).

Dessa definição dois pontos são fundamentais frente aos objetivos deste texto. O primeiro deles é que esse é um processo essencial e inescapável para o sujeito humano. Do ponto de vista da subjetividade, é a vivência adequada desse fenômeno que possibilita o desenvolvimento de uma vida psíquica saudável. O segundo aspecto é a imprescindibilidade do outro na constituição do sujeito humano. Sem esse outro, que diz ao sujeito quem ele é – “eu só sou consciência porque o outro me vê como consciência”, anotou, em linguagem filosófica, Bornheim, apoiado em Hegel, naturalmente (NOVAES, 1990, p.150), – não é possível ao individuo humano su-

5 Literalmente na versão francesa: “La manière dont nous modelons notre environnement est l’expression de notre propre *état d’âme*”.

jeitar-se, isto é, tornar-se sujeito, alguém capaz de reconhecer a si mesmo e ao outro nos limites que a realidade impõe.

Lacan dá um passo adiante em relação à teoria freudiana ao mostrar que esse outro de que trata a psicanálise, não se limita ao semelhante. Assim, o vocábulo “Outro” grafado com *O* “maiúsculo” indica, precisamente, uma diferença conceitual desenvolvida pelo prestigiado psicanalista francês, entre o outro, o “semelhante”, este escrito com “o minúsculo” e o Outro constituído pela “Cultura”, pelo conjunto de comportamentos, valores e realizações que expressam a vida humana em seu conjunto.

É nesse sentido alargado que a cidade materializada pela arquitetura, parte privilegiada da cultura, pode ser vista e, sobretudo, experienciada subjetivamente, como o Outro, isto é, como “aquilo [e não aquele] que, anterior e exterior ao sujeito humano, não obstante o determina”, conforme registra Chemama (1995, p.196). É nesse sentido, pois, que a cidade tida, e vista como uma arquitetura, se torna essencial para o sujeito, uma vez que se oferece como o Outro com o qual o sujeito se identifica. E é nesse sentido, ainda, que o *traço* que flui do ato de arquitetar expressa os *muitos riscos* que cada sociedade produz.

Calvino (1991, p. 18), à luz da literatura, ratifica essa idéia, ao escrever: “A cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso”. Assim, se modelamos o espaço a partir do que somos “internamente”, também o que somos, “internamente”, provém do espaço que nos cerca. Sob esse olhar que a teoria psicanalítica possibilita, é esse Outro – e não o fazer próprio da arquitetura – quem define a forma que a arquitetura da cidade materializa. Em outras palavras, menos o traço arquitetônico – e o espaço que ele gera – e mais os riscos sociais – e as marcas identitárias por eles imprimem – conformam o espaço edificado.

Para os habitantes da cidade brasileira, quer urbanistas, quer usuários, a questão a refletir é: Quais são as implicações desse fato no modo de viver urbano que tem lugar no Brasil atual? O que esse es-

paço expressa dos valores que a sociedade brasileira defende e desse modo enuncia? Em que direção social, política, humana, essa opção sociourbanística nos está levando?

## REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio. *El concepto del espacio arquitectónico: desde el barroco a nuestros días*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1966.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BANDEIRA, Manuel. Recife. *Estrela da vida inteira, poesias reunidas*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1982.
- BENÉVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença, 1987.
- BORNHEIM, Gerd. Da superação à necessidade: o desejo em Hegel e Marx. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CHEMAMA, Roland. *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FREUD, Sigmund. *Psicología de las masas y análisis del yo*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Traducción de L. L. Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. v. 3.
- FREYRE, Gilberto. *A casa brasileira*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Casa grande & senzala: formação da família patriarcal brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmiat, 1933.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEITÃO, Lúcia. Espaço do abrigo? espaço do afeto!. In: PROJETO do Lugar. Rio de Janeiro: Contracapa: Proarq: URRJ, 2002.

LOUREIRO, Claudia. **Sobre a teoria da arquitetura em classe, controle e encontro: o espaço escolar.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1999.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement.** 3. ed. Paris: PUF, 2000.

MITSCHERLICH, Alexander. **Psychanalyse et urbanisme: réponse aux planificateurs.** Paris: Gallimard, 1970.

NASIO, Juan. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Intenciones en architecture.** Barcelona: G. Gili, 2001.

NOVAES, Adauto (Org.). **O desejo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

REIS FILHO, Nestor. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: M. Fontes, 1995.